

Taxa sobre seguro-desemprego vai bancar emprego de jovens

Pacote cria alíquota de 7,5% sobre benefício de desempregados

Por Edna Simão, Mariana Ribeiro, Fabio Murakawa, Matheus Schuch e Estevão Tair — De Brasília

O governo vai passar a cobrar contribuição previdenciária de 7,5% sobre as parcelas do seguro-desemprego para bancar o pacote Verde Amarelo, que tem o objetivo de criar estímulos para contratação de 1,8 milhão de jovens entre 18 e 29 anos até 2022, com rendimento limitado a 1,5 salário mínimo por mês. A medida deverá render aos cofres públicos R\$ 11,5 bilhões em cinco anos, mais que o suficiente para cobrir a desoneração da folha de pagamento, que está projetada em R\$ 10 bilhões para o mesmo período. Para compensar a oneração do seguro-desemprego, o trabalhador poderá contar o tempo que recebeu o benefício, que pode variar de três a cinco parcelas, para requerer a aposentadoria.

O governo anunciou ontem um pacote de medidas para incentivar a contratação de jovens, melhorar a inserção de pessoas com deficiência e promover mudanças nas regras de concessão do microcrédito. Também assegura o repouso semanal remunerado de 24 horas para quem trabalha aos domingos. Com todas as ações, pretende gerar 4 milhões de postos de trabalho em três anos (ver quadro).

Promessa de vagas

Governo anuncia medidas que visam criar 4 milhões de postos em 3 anos

Emprego #Verde Amarelo

- Programa mira pessoas de 18 a 29 anos que ainda não trabalharam. Salários serão de até 1,5 salário mínimo
- Promessa é que mão de obra será até 34% mais barata em novo contrato. Contribuição do FGTS cairá de 8% para 2%, e multa do FGTS pode passar de 40% para 20%, dependendo de acordo entre empregador e trabalhador
- Empresa não pode ter mais que 20% do total de funcionários das empresas com novo contrato
- **Objetivo:** 1,8 milhão de vagas até 2022

INFORME

Reabilitação e pessoas com deficiência

- Haverá programa para reinserir profissionais que estavam afastados por acidente de trabalho. Projeto de lei também quer estimular a contratação de pessoas com deficiência

■ **Objetivo:** 1,25 milhão de vagas até 2022

Microcrédito

- Estimular a entrada de bancos digitais. Aumentar o percentual do depósito à vista destinado para o microcrédito

- Expectativa é assinar 10 milhões de contratos até dezembro de 2022 e conceder R\$ 40 milhões em créditos

■ **Objetivo:** 450 mil vagas até 2022

Trabalho aos domingos

- Assegura repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos

■ **Objetivo:** 500 mil vagas até 2022

Outras ações

- Distribuição de vouchers em parceria com Sebrae e Senai para que as empresas treinem seus funcionários. Promessa é gerar 1 milhão de vagas líquidas

- Regulamenta a gorjeta. Altera a legislação sobre a participação nos lucros e prêmios para estimular a produtividade e o mérito das empresas

- Permite, de forma retroativa, a substituição de depósitos recursais trabalhistas por fiança bancária com impacto de R\$ 65 bi na economia

- Índice de reajuste dos débitos trabalhistas passaria de IPCA-E mais 12% ao ano para IPCA-E mais juros da poupança

- Extinção do seguro obrigatório DPVAT

Fonte: Ministério da Economia

INFORME

O pacote de estímulo ao emprego ainda permite a substituição de depósito recursal trabalhista por fiança bancária de forma retroativa. Somente com essa mudança, o governo diz que haverá uma injeção de R\$ 65 bilhões na economia.

Inicialmente, o governo pretendia atender não só os jovens como também os trabalhadores com mais de 55 anos. A ideia foi abandonada devido ao elevado custo fiscal. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, lembrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que o governo precisa apontar uma compensação para a desoneração tributária. Segundo ele, foi priorizado o grupo que concentra o maior número de desempregados.

Com a decisão de estender a contribuição previdenciária para o seguro-desemprego, a equipe econômica pretende reduzir o alto índice de judicialização. Muitos trabalhadores já pedem judicialmente que o tempo do seguro-desemprego seja contado como tempo para solicitação da aposentadoria.

Caso o governo arrecade mais que o que pretende abrir mão com a desoneração, o que é visto nos cinco primeiros anos, os recursos serão destinados para financiamento da Previdência Social.

Os empregadores que aderirem ao programa Emprego Verde e Amarelo, classificado como projeto-piloto, não precisarão pagar contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de 20% sobre a folha, e as alíquotas do Sistema S e salário-educação.

Além da desoneração da folha, também serão beneficiados pela redução da alíquota de contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 8% para 2% e redução da multa do FGTS, em caso demissão sem justa causa, de 40% para 20%, desde que haja acordo entre as partes. As empresas poderão ter até 20% de seus empregados contratados nessas condições. Segundo o governo, todos os direitos constitucionais estão garantidos (como férias e 13º salário) e poderão ser adiantados mensalmente.

As condições só serão válidas para novos contratos de trabalho, não incluindo substituições. “Para fins de caracterização como primeiro emprego não serão considerados os seguintes vínculos: avulso, intermitente, menor aprendiz e contrato de experiência”, diz o governo.

O prazo de concessão é de até 24 meses. Será permitida a contratação até 31 de dezembro de 2022. Para Marinho, o programa deve ter boa receptividade no Congresso, já que o desemprego é considerado um dos problemas mais urgentes do país.

INFORME

O pacote de medidas de estímulo ao emprego ainda altera o índice de reajuste de débitos trabalhistas. A medida deve gerar uma economia de R\$ 37 bilhões para as estatais em cinco anos.

O novo índice será o IPCA+E juros da poupança. Atualmente, o índice de reajuste dos débitos trabalhistas é o IPCA-E + 12% ao ano (cerca de 16%). No entanto, a taxa de juros básica da economia já está em 5% ao ano.

O pacote ainda regulamenta termos de ajustamento de conduta (TAC). Tanto o Ministério Público do Trabalho (MPT) quanto a Secretaria de Trabalho poderão fazer termos de ajustamento, mas somente um por fato, para evitar inúmeros acordos feitos com a mesma empresa.

O Programa Habita Mais permitirá a aplicação dos recursos de TACs na prevenção de acidentes do trabalho e reabilitação profissional. No caso das gorjetas, a apresentação disse que será regulamentada a Nova Lei das Gorjetas.

Qualificação de 2 milhões de funcionários está na mira

Haverá distribuição de vouchers em parceria com Sebrae e Senai para o treinamento, diz secretário

A qualificação de 2 milhões de pessoas e a criação de 1 milhão de empregos líquidos fazem parte dos objetivos da Estratégia Nacional de Qualificação, anunciada ontem pela equipe como parte do pacote de estímulo ao emprego no país.

Segundo o secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, haverá distribuição de vouchers em parceria com Sebrae e Senai para que as empresas treinem seus funcionários.

De acordo com ele, o programa de qualificação foi pensado em conjunto com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e diversos outros parceiros e está em linha com a demanda da iniciativa privada.

O secretário afirmou que a distribuição de “vouchers” para qualificação dos profissionais será o maior sistema de qualificação do mundo. “E está em consonância com o que empresas e trabalhadores precisam”, afirmou.

INFORME

A ideia é que essas vagas de qualificação sejam usadas para treinar funcionários e novos contratados em áreas que a companhia realmente precisa.

Ele enfatizou também a criação do conselho de desenvolvimento para capital humano e que o governo investirá em qualificação sem gerar impacto há 4 horas Brasil orçamentário. O secretário colocou que nos últimos dez anos o governo gastou R\$ 18 bilhões em medidas sem efeito sobre o mercado de trabalho.

Corte de impostos tem impacto incerto sobre novas contratações

Estudos internacionais mostram efeitos positivos, mas em alguns casos impacto foi maior sobre os salários do que no nível de emprego

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

A medida provisória (MP) anunciada pelo governo Bolsonaro para estimular a contratação de jovens tem efeito incerto sobre o nível de emprego, a julgar pelo que diz a teoria econômica e a experiência internacional e do próprio Brasil na área.

Uma das pesquisas mais citadas é do economista Jonathan Gruber, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que investigou os impactos do corte de 25% das contribuições sobre folha de salário feita pelo Chile na década de 1980. Sua conclusão: o ganho foi integralmente para os salários, sem efeito no emprego.

Uma pesquisa mais recente, porém, chega a uma conclusão oposta. O economista Emmanuel Saez, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, verificou o efeito de um corte de contribuições, de 31% para 15%, feita na Suécia para incentivar a contratação de trabalhadores com até 26 anos.

Nesse caso, o nível de emprego subiu entre 2% e 3%, embora esse ganho tenha sido sobretudo devido a menos rescisões de contratos de trabalho, em vez de novas contratações.

O hoje secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, é co-autor de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que conclui que a desoneração da folha de pagamentos feita pelo governo Dilma a partir de 2012 não gerou ganhos no nível de emprego da economia.

INFORME

O programa lançado pelo governo brasileiro é uma nova forma de subsídio, instituído uma semana depois de anunciar, em outro pacote, a intenção de cortar à metade os incentivos tributários até 2026, para 2% do PIB.

Para constatar a sua eficácia, será preciso conhecer com mais detalhe os estudos feitos pelo governo para sustentar a medida, que não foram divulgados junto com o anúncio do pacote.

Vários outros estudos internacionais chegam a conclusões intermediárias. Em geral, o sucesso dos cortes de impostos para estimular a criação de empregos depende das características do mercado de trabalho em cada país e também de como as medidas são propostas e executadas.

Uma pesquisa bastante reconhecido do economista Larry Summers sustenta que os trabalhadores costumam aceitar reduções de salários quando novas contribuições financiam benefícios que eles valorizam.

Um desdobramento disso é que, quando o trabalhador não vê vantagem nenhuma na tributação sobre seu salário, reduz a oferta de mão de obra. Possivelmente, o emprego aumenta quando um imposto não vinculado a benefícios é reduzido.

Quando há rigidez no mercado de trabalho, como salário mínimo, cortes de contribuições também podem aumentar o nível de emprego. Uma pesquisa feita na Colômbia mostra que corte de contribuições sobre folhas diminuiu a informalidade.

No Brasil, mesmo que algumas dessas distorções estejam presentes, o corte de encargos trabalhistas não é garantia de ampliação no nível de emprego.

Em tese, o fato de o programa ser dirigido a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo poderá contribuir para criar imposto, porque está muito próximo do piso salarial, que gera uma rigidez no mercado de trabalho.

Mas o fato de o programa ser temporário, com prazo de 24 meses, poderá limitar os incentivos para as empresas assumirem um compromisso de manter o jovem empregado por um período mais longo.